

RECOMENDAÇÕES

PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAIS



RECOMENDAÇÕES PARA PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAIS

Recomendações direcionadas à apresentação de portais de transparência municipais, apresentado pela mestrande Raquel Regina Silva ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente DR. Cláudio Roberto Caríssimo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Facilidade de Uso e Navegação	04
Dados Atualizados e Detalhados	05
Transparência Proativa	06
Acesso à Informação	06
Interatividade e Participação Cidadã	06
Transparência Financeira	07
Acessibilidade Inclusiva:	07
Segurança e Proteção de Dados	08
Educação e Capacitação	08
Relatórios de Uso e Indicadores de Transparência	09
Conclusão	10
Nota	11
Referências	12

RESUMO

Com base na experiência obtida por meio da pesquisa de Mestrado (Índice De Fragilidade Financeira Aplicado Ao Setor Público: Análise De Dez Municípios Mineiros) que utilizou dados dos portais de transparência municipais, a fim de medir o nível da transparência fiscal, foram identificadas algumas situações passíveis de melhoria para assim facilitar a realização de pesquisas que necessitam fazer uso dos referidos portais e para melhor utilização por parte da sociedade em geral. Tais situações estão relacionadas às seguintes questões: navegação, atualização, detalhamento, interatividade, compreensibilidade e inclusão.

Com o objetivo de auxiliar quanto à forma de apresentação das informações nos portais de transparência municipais e de contribuir com a promoção da participação por parte da sociedade, foram elaboradas algumas sugestões de melhoria destes portais.

Dada a relevância da transparência pública, como mecanismo de controle social e de fortalecimento da democracia, uma conquista que no Brasil foi implementada ao longo da evolução de importantes instrumentos legais, a mesma deve ser compreendida e aplicada da melhor forma, que propicie a máxima concretização desta conquista.

No latim clássico, usava-se, para se referir à mesma coisa, outros adjetivos como *perlucens*, *translucidus*, *perlucidus* ou *splendidus*, que querem dizer “nítido” ou “límpido”, aplicados, por exemplo, à água e ao ar. Quando começa a ser empregado, “transparente” serve para designar um corpo que deixa ver, de maneira mais ou menos clara, outros objetos que, do ponto de vista do observador, estão atrás, além dele. (Gomes; Amorim; Almada, 2018, p. 01).

1. Facilidade de Uso e Navegação

Interface Intuitiva: Criar uma interface simples e de fácil navegação para que os usuários, independentemente de conhecimento técnico, possam acessar informações rapidamente.

Menu Claro e Objetivo: Organizar as informações em categorias claras e objetivas. As subcategorias também devem ser acessíveis com poucos cliques, reduzindo o tempo de busca e a frustração do usuário.

Busca Eficiente: Um campo de busca eficiente é importante para ajudar os usuários a encontrar informações específicas sem ter que navegar por várias páginas. A busca deve ser capaz de localizar documentos, relatórios e dados relevantes de forma rápida, mesmo que o usuário insira termos genéricos ou imprecisos.

Acessibilidade Móvel: Considerando a cultura digital da atualidade, sugere-se garantir que o portal seja otimizado para dispositivos móveis, permitindo acesso a partir de smartphones e tablets.

Tempo de Carregamento Rápido: O tempo de carregamento das páginas deve ser minimizado para evitar que os usuários desistam de acessar informações devido à lentidão do site. Páginas pesadas ou com muitos elementos visuais desnecessários podem prejudicar a navegação.

Navegação Coerente: Todos os elementos de navegação devem manter a mesma lógica em todo o portal. Por exemplo, se há botões para retornar à página inicial ou links para outras seções, eles devem ser consistentes em cada página, ajudando o usuário a se orientar.

Feedback Imediato: Sempre que o usuário interage com o portal (por exemplo, clicando em um link ou preenchendo um formulário), é importante que o sistema ofereça um feedback visual imediato, como uma mudança de cor ou a exibição de uma mensagem de carregamento. Isso evita que o usuário fique em dúvida sobre se a ação foi realizada com sucesso.

A facilidade de navegação e usabilidade é um dos principais fatores para garantir a eficiência de um portal da transparência municipal. Quando um portal é bem organizado e fácil de navegar, os cidadãos podem acessar rapidamente as informações de interesse, promovendo maior transparência e participação social. Aqui estão os principais aspectos relacionados à navegação e usabilidade:

2. Dados Atualizados e Detalhados

Atualização Regular:

A regularidade na atualização dos dados é essencial para que o portal se mantenha relevante e confiável. Dados desatualizados podem dar uma visão distorcida ou incompleta das finanças e das atividades municipais.

Além disso, para o cumprimento de Prazos Legais e das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), é necessário que os dados sejam disponibilizados de forma contínua e atualizada. O cumprimento desses prazos é um sinal de que o município está comprometido com a transparência pública.

Nível de Detalhamento:

Clareza e Compreensão: Informações detalhadas ajudam a explicar o destino dos recursos públicos de maneira mais clara. Isso inclui descrever de forma específica as despesas (como salários, investimentos em infraestrutura, contratos com fornecedores) e as receitas (como arrecadação de impostos, transferências federais, etc.).

Monitoramento e Controle Social: Quanto maior o nível de detalhamento, mais fácil é para o cidadão, jornalistas e órgãos de fiscalização entenderem como os recursos estão sendo usados. Por exemplo, um portal que detalha a execução orçamentária por secretaria, programa ou projeto permite que os cidadãos acompanhem como o dinheiro público está sendo alocado e utilizado.

A disponibilização de dados atualizados e detalhados em portais de transparência dos municípios é importante para garantir uma verdadeira transparência e permitir que os cidadãos acompanhem de forma precisa a gestão pública. A atualização constante e o nível de detalhamento são fatores chave que impactam a credibilidade do portal e a capacidade dos cidadãos de exercerem o controle social.

3. Transparência Proativa

Alguns exemplos de Transparência Proativa:

Divulgação Antecipada: Publicar informações antes que a sociedade precise solicitá-las, como contratos públicos, atas de reuniões e relatórios financeiros.

Informações Sobre Licitações e Contratos: Detalhar as fases das licitações (como editais, propostas, vencedores) e fornecer fácil acesso às informações mais relevantes dos certames.

Metas e Indicadores de Desempenho: Apresentar indicadores de desempenho do município em áreas como saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, entre outras.

4. Acesso à Informação

Solicitações de Informação Online: Permitir que os cidadãos façam pedidos de acesso a informações diretamente pelo portal, com prazos claros para respostas.

Transparência Ativa e Passiva: Garantir que informações frequentemente solicitadas estejam disponíveis automaticamente, enquanto outros dados possam ser pedidos facilmente.

Tradução e Clareza da Linguagem: Usar linguagem clara, acessível e livre de jargões administrativos, facilitando a compreensão do público.

5. Interatividade e Participação Cidadã

Ferramentas de Feedback: Incluir funcionalidades que permitam ao cidadão comentar e avaliar os serviços públicos ou sugerir melhorias.

Fóruns e Consultas Públicas: Oferecer espaços para discussões e consultas públicas, onde os cidadãos possam debater e sugerir propostas para a administração municipal.

Plataforma de Denúncias: Criar um sistema onde os cidadãos possam denunciar possíveis irregularidades ou suspeitas de corrupção de forma anônima e segura.

6. Transparência Financeira

Painéis Interativos de Finanças:

Disponibilizar painéis interativos que mostrem visualmente a execução orçamentária, possibilitando a comparação de anos, setores e metas estabelecidas.

Relatórios que favoreçam a

compreensão: Publicar relatórios simplificados e detalhados de despesas e receitas de maneira que seja de fácil compreensão por parte dos cidadãos.

7. Acessibilidade Inclusiva

Ferramentas de Acessibilidade: Incluir opções para pessoas com deficiência, como leitores de tela, ajustes de contraste, tamanho de fonte e navegação por teclado.

Design Inclusivo: Os portais devem seguir diretrizes de design acessível, como o WCAG (Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web). Isso inclui o uso de cores contrastantes, fontes legíveis e layouts intuitivos.

Tecnologia Assistiva: É fundamental garantir que o conteúdo seja compatível com tecnologias assistivas, como leitores de tela, que ajudam pessoas com deficiências visuais a acessar informações.

Conteúdo em Diferentes Formatos: Oferecer informações em múltiplos formatos (textos, áudio, vídeo com legendas) pode beneficiar pessoas com diferentes necessidades.

Feedback e Melhoria Contínua: Os portais devem incluir mecanismos para receber feedback dos usuários sobre a acessibilidade e implementar melhorias de forma contínua.

A acessibilidade inclusiva nos portais de transparência municipal é essencial para garantir que todos os cidadãos possam exercer seu direito à informação e participar ativamente da vida pública. Investir em acessibilidade é um passo importante para uma sociedade mais justa e igualitária.

8. Segurança e Proteção de Dados

Proteção de Dados Pessoais: Garantir que dados pessoais de servidores ou cidadãos estejam protegidos, de acordo com as legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Certificados de Segurança (SSL): Utilizar protocolos de segurança e certificações SSL para proteger os dados transmitidos pelo portal.

9. Educação e Capacitação

Tutoriais e Guias: Fornecer vídeos tutoriais ou guias interativos para ensinar o uso do portal, explicando como acessar as diferentes seções e interpretar as informações.

Capacitação: Oferecer cursos ou seminários online sobre a importância da transparência e como utilizar os dados do portal para controle social.

A educação e capacitação nos portais de transparência municipais são essenciais para garantir que os cidadãos compreendam e utilizem efetivamente as informações disponíveis.

Desafios

Acesso à Tecnologia: A desigualdade no acesso à internet e a dispositivos tecnológicos pode limitar a participação de alguns grupos. É importante considerar essas desigualdades ao planejar estratégias de capacitação.

Compreensão dos Dados: Muitos cidadãos podem encontrar dificuldades para interpretar informações complexas, como dados financeiros ou estatísticas. É essencial fornecer suporte e orientação nesse aspecto.

Engajamento Sustentável: Manter o interesse e a participação dos cidadãos a longo prazo pode ser um desafio. Estratégias contínuas de engajamento e capacitação são necessárias para sustentar a participação ativa.

A educação e capacitação nos portais de transparência municipais são fundamentais para promover uma cidadania ativa e informada. Ao investir nessas áreas, os municípios podem não apenas aumentar a transparência, mas também fortalecer a democracia e a participação social. A criação de um ambiente onde os cidadãos se sintam capacitados para acessar e utilizar informações públicas é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

10. Relatórios de Uso e Indicadores de Transparência

Indicadores de Uso do Portal: Monitorar e publicar dados sobre o número de acessos, seções mais visitadas e solicitações de informação feitas pelos cidadãos.

Avaliação de Transparência: Apresentar regularmente relatórios de auditoria que avaliem o nível de transparência do município e identifiquem áreas que precisam de melhorias.

Essas melhorias visam não apenas aumentar a transparência e a eficiência da administração pública, mas também fomentar a participação ativa da sociedade no controle e na fiscalização das políticas públicas.

Os relatórios de uso e indicadores de transparência nos portais de transparência municipais desempenham um papel vital na promoção da responsabilidade pública e na melhoria contínua das práticas de transparência. Aqui estão algumas considerações importantes sobre esse tema:

Importância dos Relatórios de Uso e Indicadores de Transparência

Avaliação da Eficiência: Relatórios de uso permitem que as autoridades municipais avaliem a eficácia dos portais, identificando quais informações são mais acessadas e utilizadas pelos cidadãos. Isso ajuda a ajustar e melhorar o conteúdo oferecido.

Transparência nas Ações: A disponibilização de indicadores de transparência promove uma cultura de abertura, demonstrando o comprometimento da administração pública em prestar contas à sociedade sobre suas ações e decisões.

Engajamento da sociedade: Relatórios que mostram como os cidadãos estão utilizando os portais de transparência podem servir para engajar a população, mostrando a importância da participação ativa no controle social.

Tipos de Relatórios e Indicadores

Relatórios de Acesso: Informações sobre quantas pessoas visitam o portal, quais seções são mais acessadas e o tempo médio gasto em cada página. Esses dados ajudam a entender as necessidades dos usuários.

Indicadores de Conteúdo: Avaliação da quantidade e qualidade das informações disponíveis, como a atualização de dados financeiros, contratos, convênios e despesas. Isso pode incluir a análise de se os dados estão em formatos abertos e acessíveis.

Relatórios de Feedback: Coletar e divulgar o feedback dos usuários sobre a usabilidade do portal e a clareza das informações. Isso pode incluir pesquisas de satisfação e sugestões de melhorias.

Comparações Temporais: Analisar a evolução dos indicadores ao longo do tempo permite identificar tendências e melhorias na transparência, além de evidenciar áreas que ainda necessitam de atenção.

CONCLUSÃO

Os apontamentos realizados visam tornar os portais de transparência dos municípios mais acessíveis e compreensíveis, para se concretizem como instrumentos de promoção da verdadeira participação social.

CONCLUSION

The notes made aim to make municipal transparency portals more accessible and understandable, to become instruments for promoting true social participation.

Transparência fiscal é definida (...) como o acesso do público à estrutura e às funções governamentais, aos seus planos de política fiscal, às suas contas públicas e de suas projeções. Trata-se de pronto acesso às informações das atividades governamentais de modo confiável, abrangente, oportuna, compreensiva e compreensível (...) de modo que o eleitorado e o mercado possam avaliar a situação financeira dos governos, bem como os custos e benefícios reais de suas atividades, incluindo as implicações sociais e econômicas no presente e no futuro (Craig e Koptis, 1998, p.1).



Este trabalho é desenvolvido como requisito de conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública – Rede PROFIAP.



RAQUEL REGINA SILVA

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – CAMPUS VARGINHA/MG

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). "Constituição da República Federativa do Brasil". Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. In: E-Compós. 2018.

CRAIG, Sr. JD; KOPITS, Sr. George. Transparência nas operações governamentais . Fundo monetário internacional, 1998.

**Discente: Raquel Regina Silva,
mestranda.**

**Orientador: Cláudio Roberto Caríssimo,
Doutor**

Universidade Federal de Alfenas –
Campus Varginha/MG

10 de outubro de 2024

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

À
Controladoria-Geral do Município
Prefeitura Municipal de Extrema

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado “Recomendações: Portais de Transparência Municipais”, derivado da dissertação de mestrado “Índice de Fragilidade Financeira Aplicado ao Setor Público e a Transparência Fiscal: Análise de Dez Municípios Mineiros”, de autoria de “Raquel Regina Silva”.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada “Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL”.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um “Relatório Técnico Conclusivo” e seu propósito é “apresentar recomendações para melhoria de portais de transparência municipais”.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço “profiap@unifal-mg.edu.br”.

Extrema, MG, 21 de outubro de 2024.

Registro de recebimento

João Batista da Silva

Prefeito Municipal
JOAO BATISTA DA
SILVA:8712744069
7

Assinado de forma digital por
JOAO BATISTA DA
SILVA:87127440697
Dados: 2024.10.21 17:15:07
-03'00'